

Intervenções psicológicas em contexto prisional: Revisão sistemática

Kamêni lung Rolim
Eduarda Lima de Oliveira
Letícia Ferraz Neis
Denise Falcke

RESUMO

Intervenções psicológicas em contexto prisional fazem parte do sistema de garantia de direitos. A partir de uma revisão sistemática da literatura, buscou-se mapear as publicações sobre intervenções psicológicas no contexto prisional, em nível mundial. Seguindo as recomendações do PRISMA, em busca nas bases do EBSCOhost e no Portal de Periódicos CAPES, com os descritores "psychological treatment" OR "psychological intervention" AND prison*, foram localizados 24 artigos, nenhum nacional. Os artigos versam sobre intervenções breves, em grupo e com foco na diminuição de reincidência (especialmente, crimes sexuais e violência de gênero), na diminuição de sintomas de ansiedade e depressão e de uso de substâncias. Reflete-se sobre como estas experiências podem auxiliar no desenvolvimento de práticas no sistema prisional brasileiro, considerando as especificidades e vulnerabilidades do contexto e a importância delas para promoção e prevenção em saúde.

Palavras-chave: Intervenção psicológica; Tratamento psicológico; Sistema prisional.

ABSTRACT

Psychological interventions in prison context: Systematic review

Psychological interventions in the prison context are part system of the rights protection. From a systematic review of the literature, we sought to map worldwide publications on psychological interventions in the prison context. Following the recommendations of PRISMA, in the basis of EBSCOhost and the *Portal de Periódicos CAPES*, with descriptors such as "psychological treatment" OR "psychological intervention" AND prison*, 24 articles were found, none national. The articles deal with short and in group interventions, focused on decreasing the recidivism (especially sexual and gender violence related crimes), decreasing anxiety, depression and drug use related symptoms. We have thought about how these experiences might assist the development of practices in the Brazilian prison system, considering the specificities and vulnerabilities of this context and the importance of these practices to promote and prevent events related to health.

Keywords: Psychological intervention; Psychological treatment; Prison system.

A perspectiva de intervenções psicológicas com foco na garantia de direitos humanos e a promoção de saúde no sistema prisional foi legitimada no Brasil em meados de 2003 e já se constituía como diretriz em documento elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1955. Denominado Regras Mínimas para Tratamento de Presos ou Regras de Nelson Mandela (ONU, 2015), tal documento tem direcionado as práticas que visam o acesso à saúde e à garantia de direitos. Contudo, a adoção deste paradigma emergente e focado em práticas psicossociais, apesar de prevista legalmente, parece estar em processo gradual de implantação (Rauter, 2007; Reishoffer & Bicalho, 2017).

Identifica-se que publicações que abordem as práticas emergentes da Psicologia no contexto prisional ainda são escassas (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2012). Uma revisão

Sobre os autores

K. I. R.
<https://orcid.org/0000-0003-0474-8414>
Unisinos – São Leopoldo, RS
kameniungrolim@gmail.com

E. L. O.
<https://orcid.org/0000-0003-3612-8498>
Unisinos – São Leopoldo, RS
dulimaoliv@gmail.com

L. F. N.
<https://orcid.org/0000-0001-8335-336X>
Unisinos – São Leopoldo, RS
leticiaferrazneis@gmail.com

D. F.
<https://orcid.org/0000-0002-4653-1216>
Unisinos – São Leopoldo, RS
dfalcke@unisinos.br

Direitos Autorais

Este é um artigo de acesso aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons CC-BY-NC.



sistemática proposta por Costa et al. (2017) apresentou dados sobre dois programas de intervenção e tratamento no contexto prisional, a partir da revisão sistemática de estudos no contexto de Portugal. Cabe salientar que o estudo referido abrangeu a revisão de 41 artigos, sendo que destes, 18 referiam-se a estudos com pessoas adultas privadas de liberdade e centravam-se sobremaneira em psicopatologia. Foram localizados quatro artigos que versavam sobre intervenção psicológica, sendo um programa voltado para mulheres privadas de liberdade (Rocha et al., 2014) e três artigos que remetiam ao programa Gerar Percursos Sociais (GPS) de Brazão et al. (2013). Tal programa, construído a partir do referencial teórico cognitivo-comportamental, objetiva a intervenção em comportamentos antissociais e na reabilitação.

Considerando o contexto brasileiro, a dificuldade encontrada na realização de intervenções voltadas à saúde das pessoas privadas de liberdade é destacada na investigação de Minayo e Constantino (2015) nas penitenciárias do Rio de Janeiro. Os dados apontam a precariedade das instituições, bem como altos índices de doenças. No que diz respeito à saúde mental, o estudo revela níveis elevados de ansiedade, depressão, estresse e sintomas psicossomáticos. Nascimento e Bandeira (2018), a partir de uma pesquisa bibliográfica, destacam práticas realizadas a partir do uso da arte, como oficinas de música, literatura e cinema no contexto prisional brasileiro. Contudo, não são apresentadas a efetividade ou eficácia destas ações, tampouco sua inserção como parte de programas interventivos.

O sistema prisional brasileiro caracteriza-se pela ausência de investimentos em políticas públicas (Dullius & Hartmann, 2016), déficits no efetivo funcional (Salla, 2016), superpopulação e encarceramento em massa (Reishoffer & Bicalho, 2015), bem como por altos níveis de reincidência (Sapori et al., 2017), fatores que permeiam o trabalho técnico realizado por profissionais da Psicologia nestes locais. Cabe destacar que a política penitenciária prevê que ações em Psicologia ocorram articuladas a outras áreas, tais como a social, educacional, laboral e espiritual (Conselho Federal de Psicologia & Departamento Penitenciário Nacional, 2007; ONU, 2015). Como membro da equipe interdisciplinar, o(a) psicólogo(a) realiza intervenções psicossociais que abrangem uma gama de possibilidades de ações, com indivíduos e grupos, voltados a promover a saúde das pessoas privadas de liberdade.

Partindo destes aspectos, o presente estudo buscou mapear as publicações sobre intervenções psicológicas no contexto prisional, em nível mundial. Entende-se que o mapeamento de estudos na área pode embasar práticas no contexto do sistema prisional brasileiro, a partir da análise e reflexão dessas mesmas práticas, à luz dos pressupostos dos marcos legais da Psicologia enquanto ciência e profissão, considerando o seu compromisso ético-político na garantia de direitos humanos.

MÉTODO

A revisão sistemática é um método de pesquisa exploratório e bibliográfico que permite avaliar e sintetizar dados (Costa & Zoltowski, 2014). As diretrizes do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (Mohrer et al., 2009) foram utilizadas. Partindo disto, foram escolhidas duas plataformas: a EBSCOhost e o Portal de Periódicos CAPES, considerando a amplitude de publicações e áreas abarcadas. Foram realizadas duas buscas: a primeira foi realizada com os descritores "psychological treatment" AND prison* e a segunda com os descritores "psychological intervention" AND prison*. O operador booleano AND foi utilizado para localizar materiais que contivessem ambos os termos, ao passo que o operador de proximidade (aspas) foi utilizado a fim de limitar a busca apenas as palavras juntas. Já o operador de truncagem (asterisco) ao final da palavra "prison" foi utilizado por servir de substituto a qualquer letra, o que permitiu o acesso a todas as palavras que iniciassem com a expressão elencada. A Figura 1 descreve o fluxo do processo de levantamento e de seleção dos artigos, que foi realizado por três juízes independentes.

A busca restringiu-se a artigos originais, disponibilizados on-line, revisados por pares e publicados nos últimos 11 anos (2007 e 2018). Foram considerados critérios de inclusão: estudos empíricos com apresentação de método, cenário do estudo, intervenção/ tratamento e a apresentação consistente dos resultados encontrados. Como critérios de exclusão, foram eliminados os artigos duplicados, as notícias e resenhas de livros, os estudos teóricos e os que não estavam relacionados a intervenções no Sistema Prisional.

Os artigos não relacionados a intervenções psicológicas no Sistema Prisional versavam sobre tratamento a vítimas (Rupa et al., 2014), além de fenômenos relacionados aos profissionais atuantes nas prisões, tais como enfermeiros (Terry, 2014). Ademais, foram excluídos estudos observacionais, que objetivavam a caracterização da população prisional (Tavares et al., 2012; Young & Thome, 2011).

RESULTADOS

Foram estabelecidas as categorias: ano de publicação, periódico, país de realização do estudo, participantes, método, tipo de intervenção e resultados obtidos. A Figura 2 apresenta os anos das publicações. É possível observar que o ano de 2017 foi o ano em que ocorreu o maior número de publicações (6 artigos).

A Tabela 1 apresenta informações sobre autores, ano de publicação, periódico, país, participantes, método e intervenção realizada.

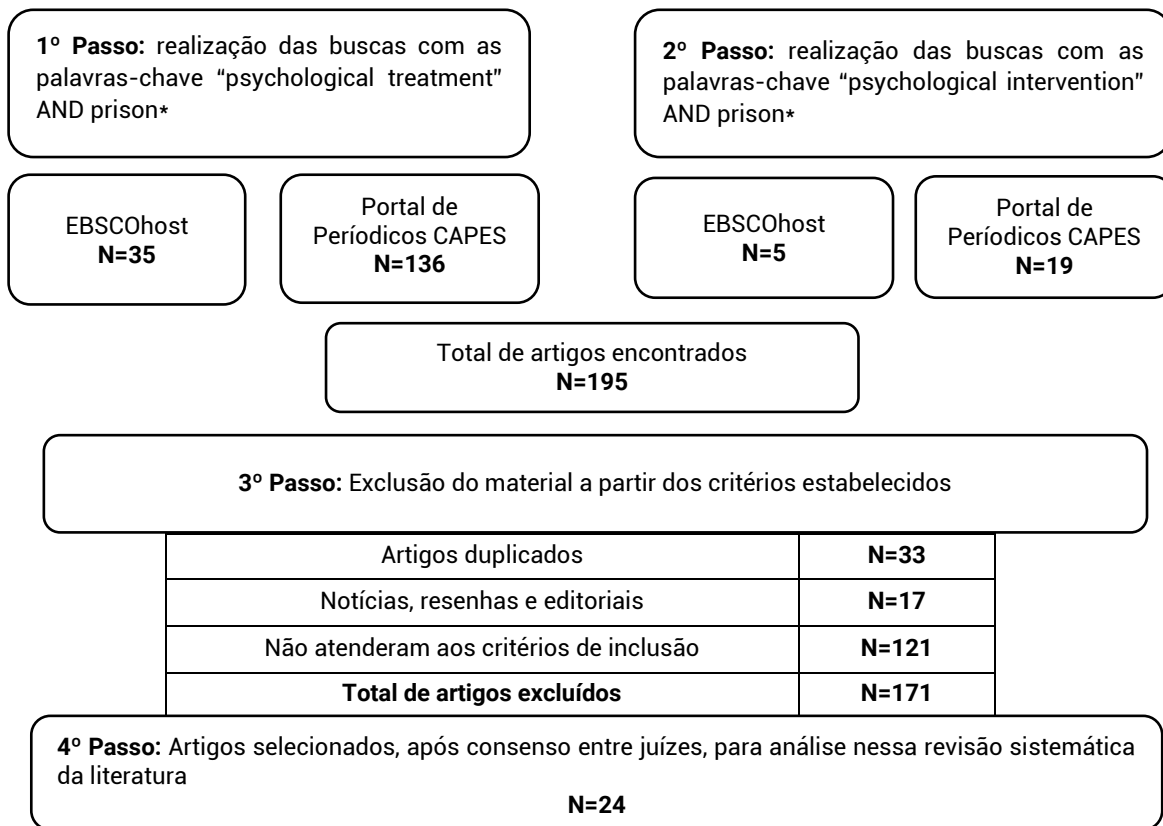


Figura 1. Fluxo do processo de seleção e exclusão dos artigos

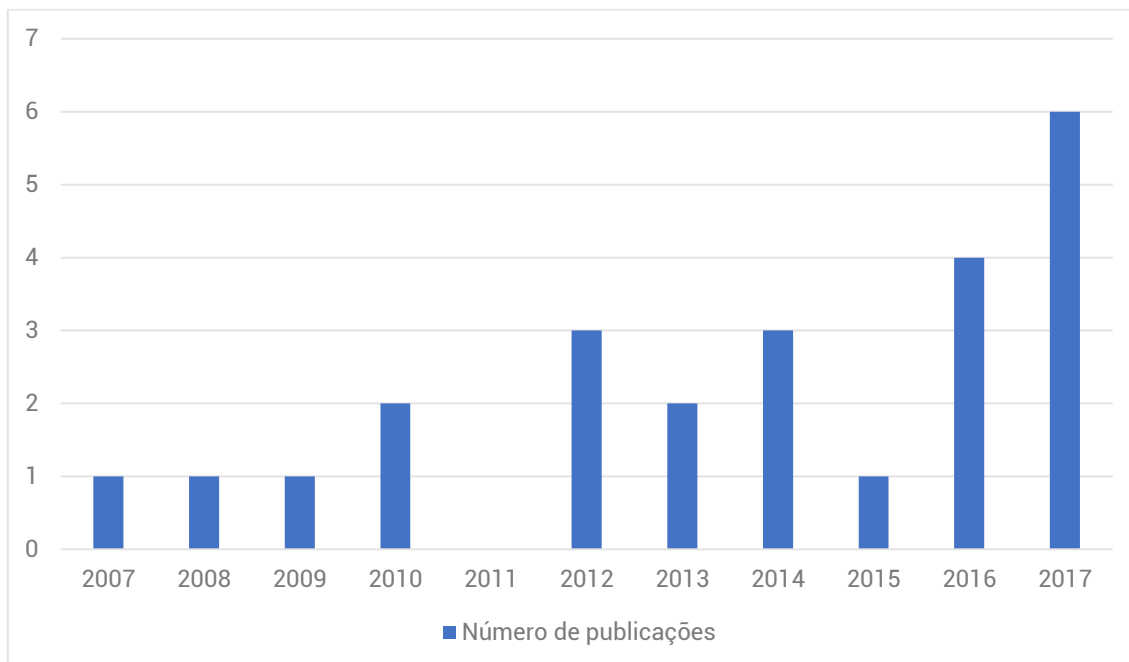


Figura 2. Ano das publicações

Tabela 1. Características dos estudos

	Autores/ano	Ano	Revista	País	Participantes	Método	Intervenção/Tratamento
1	Yu, et al.	2016	Social Behavior and Personality: an international journal	China	72 homens que cumpriam pena	Quasi-experimental	Terapia do HTP
2	Sarto et al.	2010	Acciones e Investigaciones Sociales	Espanha	12 terapeutas, sendo 10 mulheres e 2 homens	Qualitativo	Intervenção grupal com homens presos por violência de gênero
3	McRae	2013	The journal of forensic psychiatry & psychology	Inglaterra	11 infratores e 12 profissionais	Qualitativo	Internação Psiquiátrica
4	Martínez-Catena & Redondo	2017	The European Journal of Psychology Applied to Legal Context	Espanha	153 homens adultos, encarcerados por crimes sexuais contra mulheres	Quantitativo	The Sexual Offending Control Programme (SOCP)
5	Echeburúa, & Fernández-Montalvo	2009	International Journal of Clinical and Health Psychology	Espanha	148 homens condenados por violência de gênero	Quantitativo	Protocolo de tratamento com foco em aspectos emocionais, psicopatológicos e prevenção à recaída
6	Illescas & Genovés	2008	Psicothema	Espanha	49 presos que receberam o tratamento e 74 controle	Quantitativo	Tratamento cognitivo-comportamental para agressores sexuais
7	Miles et al.	2012	Journal of Forensic Psychiatry & Psychology	Reino Unido	684 jovens infratores encarcerados	Misto	Workshop, visando a psicoeducação sobre a ansiedade e TOC.
8	Pettus-Davis et al.	2016	Research on social work practice	Estados Unidos	57 díades (30 experimental e 27 controle)	Estudo de caso	Piloto RCT de uma intervenção de apoio social
9	Xu et al.	2016	Mindfulness	China	54 homens presos	Quantitativo	Programa de treinamento em mindfulness de 6 semanas
10	Leidenfrost et al.	2017	International journal of law and psychiatry	Estados Unidos	146 homens com doença mental	Quantitativo	Programa de tratamento em grupos
11	Kubiak et al.	2015	Research on Social Work Practice	Estados Unidos	28 mulheres	Ensaio clínico randomizado	Programa que aborda uso de substâncias, trauma, saúde e violência
12	Khodayarifard et al.	2010	International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology	Irã	180 homens	Experimental	Intervenções cognitivo-comportamentais individuais e em grupo

(continua)

(conclusão)

	Autores/ano	Ano	Revista	País	Participantes	Método	Intervenção/Tratamento
13	Hunter et al.	2016	International journal of offender therapy and comparative criminology	Estados Unidos	24 homens	Grupos Focais	Programa de reinserção para prisioneiros
14	Malouf et al.	2017	Mindfulness	Estados Unidos	40 homens	Quantitativo	Oficina de mindfulness e meditação
15	Yoon et al.	2017	Journal of Consulting and Clinical Psychology	China, Índia, Irã, Noruega, Espanha, EUA e Reino Unido	761 presos	Revisão Sistemática	Terapia comportamental, dialética, baseada em mindfulness, Musicoterapia, Arteterapia e auto-ajuda
16	Swopes et al.	2017	Journal of Interpersonal Violence	Estados Unidos	95 mulheres	Comparativo	Helpin Women Recover / Beyond Trauma (HWR / BT)
17	Messina et al.	2012	Criminal Justice and Behavior	Estados Unidos	94 mulheres, dependentes químicas I	Quasi-experimental	Programa Padrão de Dependentes Químicos e acrescido de gênero (gender-responsive - GR), além do programa Beyond Trauma
18	Polaschek & Yesberg	2017	Criminal Justice and Behavior	Nova Zelândia	304 homens.	Quasi-experimental	Tratamento cognitivo comportamental
19	Lung et al.	2007	International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology	Taiwan	Dez hospitais e 15 terapeutas	Qualitativo	Aconselhamento individual, terapia de grupo e tratamento medicamentoso.
20	Lanza et al.	2014	Journal of clinical Psychology	Espanha	50 mulheres encarceradas	Experimental	Terapia de aceitação e compromisso e Terapia cognitivo-comportamental
21	Burdon et al.	2013	Journal of experimental criminology	Estados Unidos	187 homens e 143 mulheres	Quantitativo	Intervenção positiva de reforço comportamental
22	Yesberg & Polaschek	2014	Journal of interpersonal violence	Nova Zelândia	35 presos, condenados à morte	Quantitativo	The Whare Manaakitanga (TWM)
23	Morgan et al.	2014	Criminal Justice and Behavior	Estados Unidos	47 homens	Quantitativo	Transformando Vidas e Mudando Resultados
24	Proctor et al.	2012	International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology	Estados Unidos	183 presos do sexo masculino	Ensaio Clínico Randomizado	Intervenção para uso de substâncias "Changing Course"

O *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology* foi o periódico que apresentou o maior número de publicações sobre a temática (4 artigos), seguido do *Criminal Justice and Behavior* (3 publicações). Já os periódicos *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, *The Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, *Research on Social Work Practice* e *Revista Mindfulness* publicaram dois artigos. Os demais periódicos publicaram apenas um artigo sobre a temática no período alvo desta pesquisa. Pode-se constatar que, em sua maioria, apresentam impactos positivos das intervenções realizadas, de acordo com o objetivo proposto. Serão apresentados os resultados a partir do foco das intervenções:

SINTOMAS PSICOPATOLÓGICOS

A diminuição de sintomas psicopatológicos, em especial ansiedade e depressão, aparecem em sete estudos (Khodayarifard et al., 2010; Leidenfrost et al., 2017; Mcrae, 2013; Miles et al., 2012; Swopes et al., 2017; Xu et al., 2016; Yu et al., 2016), de diferentes países. No contexto do Reino Unido e voltado a jovens infratores de 18 a 21 anos, Miles et al. (2012) avaliaram um Workshop realizado em duas sessões de duas horas e, através de uma avaliação qualitativa, identificaram que a intervenção auxilia no manejo e redução de sintomas de ansiedade. Cabe refletir, no entanto, que tal estudo faz inferências sobre efeitos da atividade que podem apresentar uma série de vieses, haja vista que foi utilizado um método qualitativo e não experimental, que seria o mais indicado para mensuração de efeitos (Shaughnessy et al., 2012). Já Swopes et al. (2017), nos Estados Unidos, desenvolveram e avaliaram o programa *Helpin Women Recover / Beyond Trauma* (HWR / BT), destinado ao público feminino e observaram a eficácia do programa para depressão, excitação ansiosa, dissociação e redução de tensão. Também com o objetivo de trabalhar aspectos de sintomas de psicopatologia, o Programa de Treinamento em Mindfulness de seis semanas (Xu et al., 2016), desenvolvido em Pequim, promoveu a diminuição de ansiedade, depressão e raiva. Neste mesmo sentido, Yu et al. (2016) observaram a diminuição nos níveis de ansiedade em participantes de uma intervenção denominada Terapia do HTP, baseada no teste psicológico, considerando que a intervenção foi realizada a partir dos desenhos. Tais estudos possuem limitações frente ao método de aplicação das intervenções propostas, uma vez que não seguiram o controle dos dados e distribuição aleatória dos participantes.

Khodayarifard et al. (2010) avaliaram intervenções cognitivo-comportamentais individuais e em grupo com homens que cumpriam pena no Irã. Verificaram que ambas promoveram redução em sintomas psicológicos abrangendo ansiedade, depressão, somatização, fobia, sendo ainda mais fortes quando combinadas.

Também foi possível identificar intervenções focadas em diagnósticos de doenças mentais graves, como o estudo de Leidenfrost et al. (2017), realizado nos Estados Unidos e que abrange um programa de tratamento em grupos, realizados ao longo de oito semanas. A presença de sintomas de sofrimento psicológico foi detectada a partir do Mini Mental (Folstein et al., 1975). O estabelecimento de metas e o planejamento foram o cerne do tratamento, que impactou na melhora psiquiátrica e aumento da motivação, fatores considerados importantes para o sucesso do tratamento. Já McRae (2013), em estudo qualitativo realizado com homens presos com diagnóstico de personalidade antissocial e que se encontravam em internação psiquiátrica, verificou dificuldade de adesão ao tratamento, já que estavam motivados especialmente por pressões coercitivas legais. Este estudo demonstra limitações quanto aos resultados obtidos, considerando que sua análise parte de um viés teórico e de que não foram utilizados métodos mensuráveis para avaliar a motivação e a resistência dos pacientes. Ainda, por exemplo, estudos prévios realizados em contexto prisional e no tratamento de pacientes com transtorno de personalidade sugerem perspectivas promissoras do uso da técnica de Entrevista Motivacional como intervenção útil para redução de resistências (McMurrin et al., 2010; Quinn et al., 2018), o que não foi avaliado no estudo de McRae (2013).

VIOLÊNCIA DE GÊNERO

No que tange a intervenções voltadas à abordagem da violência de gênero, foram localizados quatro estudos (Echeburúa & Fernández-Montalvo, 2009; Illescas & Genovés, 2008; Martínez-Catena & Redondo, 2010; Sarto et al., 2010), todos desenvolvidos no contexto da Espanha, com homens em cumprimento de pena em decorrência de violência de gênero. Echeburúa e Fernández-Montalvo (2009) avaliaram um protocolo de tratamento com foco em aspectos emocionais, psicopatológicos e prevenção à recaída, que foi desenvolvido em 20 sessões de duas horas e identificaram diferenças nas seguintes variáveis: pensamentos distorcidos sobre a mulher e sobre a violência; expressão da ira, impulsividade e autoestima. Identificaram também, através de uma análise de regressão, que a presença de impulsividade e depressão explica o fracasso do tratamento em 19% dos casos. Já Sarto et al. (2010) realizaram um estudo qualitativo com profissionais que aplicaram uma intervenção grupal com homens presos por violência de gênero e verificaram a necessidade de melhorar a motivação, a aliança terapêutica e a aderência dos homens ao programa de tratamento, bem como as estratégias de avaliação de programas. A avaliação da intervenção denominada *The Sexual Offending Control Programme* (SOCP) (Martínez-Catena & Redondo, 2010), que tem a duração de dois anos, a partir de sessões que ocorrem duas vezes na semana,

identificou diferenças significativas na mudança terapêutica global. Diminuição de impulsividade e agressividade, melhora na autoestima, na ansiedade sexual e nas distorções cognitivas contra as mulheres também foram observados. Por sua vez, Illescas e Genovés (2008) abordaram a oferta de Tratamento Cognitivo-Comportamental para agressores sexuais, que foi avaliado a partir do método quasi-experimental, com a comparação entre um grupo de homens que recebeu tratamento e um grupo controle. Dentre os resultados, o principal foi a redução de recidiva criminal, por um período de quatro anos.

ABUSO DE SUBSTÂNCIAS

A abordagem do uso de substâncias apareceu como objetivo alvo nas intervenções avaliadas em quatro estudos (Kubiak et al., 2015; Lanza et al., 2014; Messina et al., 2012; Proctor et al., 2012), três dos Estados Unidos e um da Espanha. Nos Estados Unidos, Kubiak et al. (2015) desenvolveram um programa de intervenção com 20 sessões de duas horas cada, voltado a mulheres, que foi analisado a partir do método de Ensaio Clínico Randomizado. Além do uso de substâncias, foram abordados aspectos relacionados ao trauma e a violências sofridas. O programa impactou nos níveis de ansiedade e raiva das participantes. Já o Programa Padrão de Dependentes Químicos, acrescido de questões de gênero (gender-responsive - GR) e do programa Beyond Trauma (Messina et al., 2012), foi desenvolvido também com mulheres no contexto prisional dos Estados Unidos. Tratou-se de um programa ambulatorial desenvolvido cinco dias da semana e como resultado foi observado melhora no bem-estar e reduções no uso de drogas, conforme relato das participantes.

Também no contexto dos Estados Unidos, mas voltado ao público masculino, o programa "Changing Course" (Proctor et al., 2012) trata-se de uma intervenção focada na diminuição do uso de substâncias, realizada a partir de uma revista interativa de 24 páginas. A partir do método de Ensaio Clínico Randomizado, um dos principais resultados apontados pelos autores foi a diminuição de 15% na reincidência criminal, considerando o período de 12 meses.

Por sua vez, em contexto espanhol, Lanza et al. (2014) compararam a Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) e a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) em grupo, com mulheres usuárias de substâncias químicas e que cumpriram pena por crimes diversos. Foram seis meses de tratamento em ambiente prisional e a ACT foi considerada mais eficaz que a TCC na redução de sensibilidade à ansiedade, na redução do consumo de substâncias (43,8% versus 26,7, respectivamente) e na melhoria da saúde mental (26,4% e 19,4%, respectivamente). Este estudo possui limitações frente ao tamanho da amostra e também vinculado a forma de seleção dos terapeutas, que conheciam os participantes e poderiam possuir algum viés para intervenção.

REINSERÇÃO SOCIAL E REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL

Foram localizados quatro estudos (Burdon et al., 2013; Hunter et al., 2016; Morgan et al., 2014; Pettus-Davis et al., 2016) sobre intervenções focadas na reinserção e reabilitação psicossocial. Morgan et al. (2014) avaliaram o programa Transformando Vidas e Mudando Resultados, desenvolvido nos Estados Unidos, em uma prisão psiquiátrica. Trata-se de um programa voltado à aprendizagem social e modelo cognitivo-comportamental para a mudança e, como resultado da intervenção, foram identificadas a presença de forte aliança terapêutica, satisfação com o programa e redução de pensamento criminal. Já Hunter et al. (2016) apresentaram o programa de reinserção para prisioneiros, também nos Estados Unidos, e Pettus-Davis et al. (2016) realizaram um estudo piloto de uma intervenção de apoio social. Ambos os estudos, de cunho qualitativo, apresentaram como resultado a satisfação dos participantes, através de falas representativas apresentadas nos respectivos artigos. Por fim, Burdon et al. (2013), também nos Estados Unidos, referiu sobre um estudo piloto de uma intervenção positiva de reforço comportamental, a partir da realização de sessões de grupo, por 12 semanas. Um dos principais resultados deste estudo de caso foi que os participantes referiram a importância de sentirem-se ouvidos pelos profissionais.

SAÚDE

Intervenções de saúde foram avaliadas em quatro estudos (Lung et al., 2007; Malouf et al., 2017; Polaschek & Yesberg, 2017; Yesberg e Polaschek, 2014). Na Nova Zelândia, Polaschek e Yesberg (2017) abordaram um Tratamento Cognitivo Comportamental em grupo, com duração de 250 horas e realizado por 25 semanas, voltado a homens que cumpriram pena por dois anos e que se encontravam em liberdade condicional. Tratou-se de um estudo quasi-experimental e foi observado aumento dos fatores de proteção à saúde, que não são claramente explicitados no estudo.

No que tange a intervenções com pessoas privadas de liberdade em ambiente hospitalar, Lung et al. (2007) identificaram que o aconselhamento individual, a terapia de grupo e o tratamento medicamentoso são as mais ofertadas em Taiwan. Tais tratamentos costumam ocorrer num curso de cinco a seis meses, com frequência semanal e estavam voltados a pessoas que cometeram crimes sexuais.

Também foram identificados dois programas voltados à redução de fatores de risco. Malouf et al. (2017) propuseram uma Oficina de Mindfulness e Meditação com foco na prevenção através da redução de riscos, a partir do trabalho focado em dimensões de mindfulness. Observaram impactos da intervenção nas dimensões aceitação, regulação emocional e autocontrole. Já Yesberg e Polaschek (2014) apresentam o

programa *The Whare Manaakitanga* (TWM), que é um programa cognitivo-comportamental, que inclui áreas de gerenciamento de humor, resolução de problemas e empatia. O programa é realizado com grupos de até 10 homens por duplas, um psicólogo e uma profissional da reabilitação, durante 250h em 28 semanas. Os riscos avaliados foram mensurados através do instrumento *Violence Risk Scale* (VRS) e foi o único programa destinado a pessoas condenadas à morte.

TEÓRICO

Identificou-se uma Revisão Sistemática da literatura realizada por Yoon et al. (2017), que abrangeu 37 intervenções de 31 publicações entre 1979 e 2015 de sete diferentes países e que encontrou como principais características das intervenções: participação voluntária; tempo de tratamento variando de 10 dias a 18 semanas, com uma média de 10 semanas; e intervenções pautadas na Terapia Comportamental e Comportamental Dialética, Mindfulness, Musicoterapia e Arteterapia.

DISCUSSÃO

É possível observar um considerável aumento no número de publicações sobre a temática, haja vista que no ano de 2007 foi localizada apenas uma publicação, ao passo que no ano de 2017 foram verificadas seis publicações, indicando crescente interesse pela temática. Pode-se atribuir este aspecto ao fato de que, em nível internacional, a situação prisional tem sido alvo de importantes políticas públicas (World Prison Brief, 2018).

Identificam-se que 11 pesquisas abordam o sistema prisional dos Estados Unidos, seguido de sete estudos da Espanha e três da China. Já Reino Unido, Nova Zelândia e Irã foram cenários de dois estudos cada, enquanto que Inglaterra, Índia, Noruega e Taiwan tiveram um estudo cada. O país com o maior número de publicações foi os Estados Unidos, que, conforme a *World Prison Brief* (2018), é o país que ocupa o primeiro lugar em número de pessoas presas, totalizando 2.217.947 pessoas. Em decorrência do rigor da legislação vigente neste país, identifica-se o elevado número de pessoas que cumprem pena por crimes relacionados ao uso de substâncias e que o tratamento destinado a quem cumpre pena nestas prisões é compulsório e focado no trabalho (World Prison Brief, 2018). Dos sete estudos localizados sobre o sistema prisional deste país, três publicações (Kubiak et al., 2015; Messina et al., 2012; Proctor et al., 2012) versavam sobre a proposição de intervenções focadas na diminuição do uso de substâncias. Neste sentido, Laurent (2016) afirma que a problemática do uso de drogas trata-se de uma realidade que envolve o sistema prisional em todos os países, tanto que a implementação de medidas de redução de danos nas prisões é uma recomen-

dação da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crimes (UNODC).

Já o país que apresentou o segundo maior número de publicações foi a Espanha, com estudos de intervenções focadas essencialmente na violência de gênero (Echeburúa & Fernández-Montalvo, 2009; Illescas & Genovés, 2008; Martínez-Catena & Redondo, 2010; Sarto et al., 2010). Considerando os investimentos que a Espanha tem realizado em políticas públicas para igualdade de gênero (Sánchez et al., 2013), pode-se inferir que tais políticas também têm se refletido no âmbito das intervenções penitenciárias, numa perspectiva de prevenção terciária, objetivando a diminuição de reincidência de situações de violência perpetradas contra a mulher.

Cabe destacar que vários estudos fizeram inferências sobre efeito e efetividade das intervenções realizadas. Entretanto, apenas cinco estudos estavam alicerçados no método experimental. Diante disso, verifica-se que, apesar de promissores, tais resultados não apresentam a robustez necessária para compor práticas baseadas em evidências. Neste sentido, cabe destacar que esta Revisão Sistemática não detectou estudos que versassem sobre o Programa Multimodal *Reasoning and Rehabilitation* (Ross & Fabiano, 1985) que existe no Canadá desde meados da década de 80 e que apresenta profícua produção, inclusive com artigo de meta-análise, demonstrando sua eficácia (Tong & Farrington, 2006). Tal aspecto chama a atenção para a complexidade do tema e para uma possível limitação deste estudo, pois os descritores com foco na Psicologia podem não ter possibilitado acessar estudos multidisciplinares.

Chama atenção que nenhum estudo foi localizado no contexto brasileiro. Neste sentido, pode-se afirmar que a ausência de publicações sobre intervenções da Psicologia no sistema prisional brasileiro segue como uma realidade presente (Rauter, 2007; CFP, 2012). Cabe salientar que estudos publicados no contexto brasileiro (França, 2004; Karam, 2011; Reishoffer & Bicalho, 2017) apresentam reflexões sobre os desafios enfrentados pelos profissionais para a efetivação de práticas nestes locais, o que possivelmente impacte no número de publicações sobre as ações realizadas, muitas vezes noticiadas somente em publicações não científicas. Por outro lado, considerando que o presente estudo foi realizado a partir da consulta em duas bases de dados abrangentes em nível mundial, chama atenção o número reduzido de publicações localizadas no período em questão (últimos 10 anos), denotando que esta área da psicologia segue ainda carente de consolidação.

Já no que tange ao gênero dos participantes, 15 estudos tinham como participantes homens e quatro abordavam mulheres em privação de liberdade, ao passo que um estudo abordou intervenção com participantes dos gêneros masculino e feminino. Também foram identificados dois estudos

em que os participantes foram a instituição e/ou os profissionais envolvidos na instituição e dois estudos que contemplavam como participantes homens privados de liberdade e os profissionais que realizaram as intervenções. Diante disso, reflete-se que intervenções voltadas ao público feminino são abordadas por poucas publicações, apesar do gradativo crescimento desta população em contexto penitenciário e das especificidades que permeiam a vivência do encarceramento para este público (Cúnico et al., 2015; Guedes, 2006).

Ademais, a maioria dos estudos localizados versam sobre intervenções que podem ser consideradas breves e em grupo. Neste sentido, observa-se que estão em sintonia com os pressupostos da atuação da Psicologia frente às políticas públicas em saúde, que apresentam a proposição do trabalho em grupo como uma das principais ferramentas a serem implementadas. Saforcada et al. (2007) aponta que este tipo de intervenção deve ser privilegiado em todos os serviços e políticas de saúde. Ao refletir sobre o contexto da América Latina, o autor aponta que intervenções em grupo são possíveis de serem implementadas com poucos recursos financeiros para o seu desenvolvimento, sendo uma alternativa para os profissionais que atuam em contextos de vulnerabilidade. Pode-se considerar também que a modalidade de intervenção breve e em grupo é um modelo paradigmático que também está preconizado no Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (Portaria Interministerial MS/MJ n 1.777, 2003), que é a inserção da política do SUS no sistema prisional brasileiro. Diante disso, percebe-se que, mesmo que este estudo aborde sobremaneira intervenções e programas desenvolvidos no contexto de outros países, tais experiências poderiam ser adaptadas ao contexto brasileiro.

Tal afirmação também se legitima quando observados os objetivos e resultados das intervenções. Sete dos estudos identificados versavam sobre diminuição de sintomas psicopatológicos (Khodayarifard et al., 2010; Leidenfrost et al., 2017; Mcrae, 2013; Miles et al., 2012; Swopes et al., 2017; Xu et al., 2016; Yu et al., 2016), em especial de ansiedade e depressão. Neste sentido, Constantino et al. (2016) em estudo com 1573 pessoas que cumpriam pena no Rio de Janeiro identificou a ocorrência de transtorno mental em 61,7 % dos presos, em especial ansiedade e depressão. Diante disso, pode-se inferir que a abordagem da redução de sintomas psicopatológicos nas intervenções no sistema prisional pode ser considerada um importante dispositivo em nível de intervenção terciária. Considerando ainda que Echeburúa e Fernández-Montalvo (2009) identificaram a associação entre impulsividade, depressão e fracasso de tratamento, pode-se inferir a importância de que futuras intervenções sigam abordando este aspecto, como foco principal ou como um elemento da intervenção.

Ademais, considerando que a população reclusa caracteriza-se pela elevada prevalência de adversidades ao longo

da vida e por um maior envolvimento em comportamentos de risco para a saúde e por estados de saúde, quer física, quer mental, mais degradados (Alves et al., 2013), bem como por vulnerabilidades decorrentes do uso de substâncias (Laurent, 2016), as intervenções de saúde (Lung et al., 2007; Malouf et al., 2017; Polaschek & Yesberg, 2017; Yesberg & Polaschek, 2014), com foco na promoção de fatores de proteção e diminuição de fatores de risco, bem como as intervenções com foco na abordagem do uso de substâncias (Kubiak et al., 2015; Lanza et al., 2014; Messina et al., 2012; Proctor et al., 2012), mostram-se em consonância com a realidade do sistema prisional brasileiro (Tavares et al., 2012) sendo promissoras na perspectiva de prevenção terciária (Dahlberg & Krug, 2006). Neste mesmo sentido, destacam-se as intervenções voltadas à abordagem da violência de gênero (Echeburúa, & Fernández-Montalvo, 2009; Illescas & Genovés, 2008; Martínez-Catena & Redondo, 2010; Sarto et al., 2010), demanda que têm sido muito atendida no sistema prisional a partir do aprisionamento, em especial de homens, em consonância com a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340, 2006).

Partindo disso, pode-se considerar que as intervenções acima citadas abordam a garantia de direitos e humanização da pena (ONU, 2015) através de aspectos atinentes aos processos de saúde e doença. Considerando uma perspectiva cronológica, faz sentido que a realização de tais intervenções deveriam anteceder a ocorrência das intervenções focadas em reabilitação psicossocial (Burdon et al., 2013; Hunter et al., 2016; Morgan et al., 2014; Pettus-Davis et al., 2016). Chama atenção que tais intervenções foram avaliadas a partir de uma perspectiva eminentemente qualitativa e apresentaram resultados promissores, tendo sido avaliadas de forma positiva pelos participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo apresenta um panorama de publicações sobre a temática. Cabe salientar a heterogeneidade dos delineamentos dos artigos, sendo que apenas dois estudos utilizaram o método de Ensaio Clínico Randomizado e três utilizaram o método quase-experimental. Reflete-se sobre as dificuldades que o sistema prisional impele ao pesquisador no que tange à possibilidade de controle de variáveis, o que é primordial para desenvolver pesquisas de mensuração de eficácia ou de efetividade das intervenções. Verifica-se ainda a necessidade de realização de mais estudos experimentais que permitam identificar quais técnicas podem apresentar maior efetividade e quais seriam a frequência e o tempo de intervenção necessários para produzir efeitos positivos e satisfatórios.

Por outro lado, há de se considerar que tanto os estudos experimentais, quanto os qualitativos, quantitativos e mistos que compuseram esta revisão apresentam importantes as-

pectos que podem subsidiar a construção de intervenções no sistema prisional. Partindo disso, é possível considerar que a proposição de intervenções breves, focais e em grupo foram as mais presentes nos estudos desta revisão sistemática e mostram-se como uma promissora ferramenta de trabalho para o(a) psicólogo(a), também no contexto brasileiro. Contudo, cabe destacar que as intervenções devem estar em consonância com uma abordagem biopsicossocial do ser humano e com uma visão de clínica ampliada. Conforme o CFP (2012), a prática do profissional neste espaço deve deslocar-se de uma perspectiva individualizante, sob pena da própria ação do profissional configurar-se em violência. O aprisionamento é resultante de processos sociais complexos e qualquer nível de intervenção utilizada deve levar em conta estes condicionantes sociais. Nesse mesmo sentido, salienta-se que as intervenções devem ser adaptadas ao contexto e público brasileiro, bem como ao tipo de pena, conforme versa a Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210, 1984).

Os resultados apontam para a importância da redução de sintomas psicopatológicos, que tendem a ser potencializados pela vivência do encarceramento. Intervenções focadas neste aspecto, com fomento à resiliência e à promoção de saúde são muito importantes, devendo ocorrer em consonância ou antecedendo práticas focadas na promoção de habilidades, importante ferramenta para o contexto da reabilitação psicossocial.

Por fim, salienta-se que os estudos apresentados apontavam que as intervenções em questão ocorriam concomitantemente ao tratamento padrão ofertado nas prisões, realizado por equipe interdisciplinar, fator que deve ser considerado quanto à leitura dos impactos apresentados. Mesmo considerando que o tratamento padrão em saúde difere da realidade brasileira, reflete-se que as intervenções psicológicas poderiam ser adaptadas e implementadas no contexto atual, de forma a garantir a humanização da pena e a consolidar possíveis estratégias para mudanças sociais necessárias.

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

Os autores declaram que não há conflitos de interesses no presente artigo.

DECLARAÇÃO DE FINANCIAMENTO

A pesquisa relatada no manuscrito foi financiada parcialmente pela bolsa de doutorado da primeira autora (CAPES Prosup).

REFERÊNCIAS

- Alves, J., Dutra, A., & Maia, A. (2013). História de adversidade, saúde e psicopatologia em reclusos: comparação entre homens e mulheres. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(3), 701-709. <https://www.scielo.org/pdf/csc/2013.v18n3/701-709/pt>
- Brazão, N., da Motta, C., & Rijo, D. (2013). From multimodal programs to a new cognitive-interpersonal approach in the rehabilitation of offenders. *Aggression & Violent Behavior*, 18(6), 636-643. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2013.07.018>
- Burdon, W. M., De Lore, J. S., Dang, J., Warda, U. S., & Prendergast, M. L. (2013). Psychosocial functioning among inmates in prison-based drug treatment: results from Project BRITE. *Journal of experimental criminology*, 9(1), 45-64. <https://doi.org/10.1007/s11292-012-9169-5>
- Conselho Federal de Psicologia (2012). *Referências Técnicas para a atuação das (os) psicólogas (os) no Sistema Prisional*. <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-a-atuacao-das-os-psicologas-os-no-sistema-prisional/>
- Conselho Federal de Psicologia, & Departamento Penitenciário Nacional (2007). *Diretrizes para atuação e formação dos psicólogos do sistema prisional brasileiro*. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/depen_cartilha.pdf
- Constantino, P., Assis, S. G., & Pinto, L. W. (2016). O impacto da prisão na saúde mental dos presos do estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(7), 2089-2100. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015217.01222016>
- Costa, A., & Zoltowski, A. (2014). Como escrever um artigo de revisão sistemática. In S. Koller, M. Couto, & J. Hohendorff (Orgs.). *Manual de produção científica* (pp. 55-70). Penso.
- Costa, V., Monteiro, S., Esgalhado, G., & Pereira, H. (2017). Investigação psicológica em contexto prisional português: uma revisão sistemática da literatura e desafios futuros para a investigação. *Psicologia*, 31(1), 49-58. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v31i1.1238>
- Cúnico, S. D., Brasil, M. V., & Barcinski, M. (2015). A maternidade no contexto do cárcere: uma revisão sistemática. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15(2), 509-528. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000200005&lng=pt&lng=pt
- Dahlberg, L. L., & Krug, E. G. (2006). Violência: um problema global de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11, 1163-1178. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000500007>
- Dullius, A. A., Hartmann, J. A. M. (2016). Análise do sistema prisional brasileiro. *Âmbito Jurídico*, 95. http://ambito-juridico.com.br/site/?artigo_id=10878&n_link=%20revis-ta_artigos_leitura

- Echeburúa, E., & Fernández-Montalvo, J. (2009). Evaluación de un programa de tratamiento en prisión de hombres condenados por violencia grave contra la pareja. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 9(1), 5-20. <https://academica-e.unavarra.es/bitstream/handle/2454/10804/710.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Folstein, M. F., Folstein, S. E., & McHugh, P. R. (1975). Mini-mental state: a practical method for grading the cognitive state of patients for the clinician. *Journal of Psychiatric Research*, 12, 189-98. http://home.uchicago.edu/~tmurray1/research/articles/printed%20and%20read%20mini%20mental%20state_a%20practical%20method%20for%20grading%20the%20cognitive%20state%20of%20patients%20for%20the%20clinician.pdf
- França, F. (2004). Reflexões sobre psicologia jurídica e seu panorama no Brasil. *Psicologia: teoria e prática*, 6(1), 73-80. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872004000100006&lng=pt&lng=pt
- Guedes, M. A. (2006). Intervenções psicossociais no sistema carcerário feminino. *Psicologia: ciência e profissão*, 26(4), 558-569. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932006000400004>
- Hunter, B. A., Lanza, A. S., Lawlor, M., Dyson, W., & Gordon, D. M. (2016). A strengths-based approach to prisoner reentry: the fresh start prisoner reentry program. *International journal of offender therapy and comparative criminology*, 60(11), 1298-1314. <https://doi.org/10.1177/0306624X15576501>
- Illescas, S. R., & Genovés, V. G. (2008). Efficacy of a psychological treatment for sex offenders. *Psicothema*, 20(1), 4-9. <https://www.redalyc.org/pdf/727/72720102.pdf>
- Karam, M. L. (2011). Psicologia e sistema prisional. *Revista EPOS*, 2(2). http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2011000200006&lng=pt&lng=pt
- Khodayarifard, M., Shokoohi-Yekta, M., & Hamot, G. E. (2010). Effects of individual and group cognitive-behavioral therapy for male prisoners in Iran. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 54(5), 743-755. <https://doi.org/10.1177/0306624X09344840>
- Kubiak, S. P., Kim, W. J., Fedock, G., & Bybee, D. (2015). Testing a violence-prevention intervention for incarcerated women using a randomized control trial. *Research on Social Work Practice*, 25(3), 334-348. <https://doi.org/10.1177/1049731514534300>
- Lanza, P. V., Garcia, P. F., Lamelas, F. R., & González Menéndez, A. (2014). Acceptance and commitment therapy versus cognitive behavioral therapy in the treatment of substance use disorder with incarcerated women. *Journal of clinical psychology*, 70(7), 644-657. <https://doi.org/10.1002/jclp.22060>
- Laurent, M. (2016). Drug use in prisons: strategies for harm reduction (ANRS-PRIDE Program). *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(7), 2081-2088. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015217.28442015>
- Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984 (1984). Institui a Lei de Execução Penal. http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L7210.htm
- Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006 (2006). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm
- Leidenfrost, C. M., Schoelerman, R. M., Maher, M., & Antonius, D. (2017). The development and efficacy of a group intervention program for individuals with serious mental illness in jail. *International journal of law and psychiatry*, 54, 98-106. <https://doi.org/10.1016/j.ijlp.2017.06.004>
- Lung, F. W., Chou, F. H. C., Lu, Y. C., Wen, J. K., Yen, Y. C., & Kao, C. Y. (2007). In-prison treatment for sexual offenders in Taiwan. *International journal of offender therapy and comparative criminology*, 51(3), 340-347. <https://doi.org/10.1177/0306624X06292676>
- Malouf, E. T., Youman, K., Stuewig, J., Witt, E. A., & Tangney, J. P. (2017). A pilot RCT of a values-based mindfulness group intervention with jail inmates: Evidence for reduction in post-release risk behavior. *Mindfulness*, 8(3), 603-614. <https://doi.org/10.1007/s12671-016-0636-3>
- Martínez-Catena, A., & Redondo, S. (2017). Psychological treatment and therapeutic change in incarcerated rapists. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 9(1), 41-49. <https://doi.org/10.1016/j.ejpal.2016.11.001>
- McMurrin, M., Cox, W. M., Coupe, S., Whitham, D., & Hedges, L. (2010). The addition of a goal-based motivational interview to standardised treatment as usual to reduce dropouts in a service for patients with personality disorder: a feasibility study. *Trials*, 11(98), 1-5. <https://doi.org/10.1186/1745-6215-11-98>
- McRae, L. (2013). Rehabilitating antisocial personalities: treatment through self-governance strategies. *The journal of forensic psychiatry & psychology*, 24(1), 48-70. <https://doi.org/10.1080/14789949.2012.752517>
- Messina, N., Calhoun, S., & Warda, U. (2012). Gender-responsive drug court treatment: A randomized controlled trial. *Criminal justice and behavior*, 39(12), 1539-1558. <https://doi.org/10.1177/0093854812453913>
- Miles, H. L., Ellis, K., & Sheeran, A. E. (2012). 'Coping Inside?': The prevalence of anxiety and OCD amongst incarcerated young offenders and an evaluation of a one day CBT workshop. *Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, 23(5-6), 689-705. <https://doi.org/10.1080/14789949.2012.719535>

- Minayo, M. C. S., & Constantino, P. (2015). *Deserdados sociais: condições de vida e saúde dos presos do estado do Rio de Janeiro*. Editora Fiocruz.
- Mohrer, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., & Altman, D. G. (2009). Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. *Journal Plos Medicine*, 6(7), 1-6. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>
- Morgan, R. D., Kroner, D. G., Mills, J. F., Bauer, R. L., & Serna, C. (2014). Treating justice involved persons with mental illness: preliminary evaluation of a comprehensive treatment program. *Criminal Justice and Behavior*, 41(7), 902-916. <https://doi.org/10.1177/0093854813508553>
- Nascimento, L. G. D., & Bandeira, M. M. B. (2018). Saúde penitenciária, promoção de saúde e redução de danos do encarceramento: desafios para a prática do psicólogo no sistema prisional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(2), 102-116. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212064>
- Organização das Nações Unidas. (2015). *Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos*. https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Nelson_Mandela_Rules-P-ebook.pdf
- Pettus-Davis, C., Howard, M. O., Dunnigan, A., Scheyett, A. M., & Roberts-Lewis, A. (2016). Using randomized controlled trials to evaluate interventions for releasing prisoners. *Research on social work practice*, 26(1), 35-43. <https://doi.org/10.1177/1049731515579203>
- Polaschek, D. L., & Yesberg, J. A. (2017). High-risk violent prisoners' patterns of change on parole on the DRAOR's dynamic risk and protective factors. *Criminal justice and behavior*, 45(3), 340-363. <https://doi.org/10.1177/0093854817739928>
- Portaria Interministerial MS/MJ n 1.777, de 9 de setembro de 2003 (2003). Aprova o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. Diário Oficial da União. <http://www.crpsp.org.br/sistemaprisional/leis/2003Portaria1777.pdf>
- Proctor, S. L., Hoffmann, N. G., & Allison, S. (2012). The effectiveness of interactive journaling in reducing recidivism among substance-dependent jail inmates. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 56(2), 317-332. <https://doi.org/10.1177/0306624X11399274>
- Quinn, C., Byng, R., Shenton, D., Smart, C., Michie, S., Stewart, A., Taylor, R., Maguire, M., Harris, T., & Shaw, J. (2018). The feasibility of following up prisoners, with mental health problems, after release: a pilot trial employing an innovative system, for engagement and retention in research, with a harder-to-engage population. *Trials*, 19(1), 530. <https://doi.org/10.1186/s13063-018-2911-1>
- Rauter, C. (2007). Clínica e Estratégias de resistência: perspectivas para o trabalho do Psicólogo em Prisões. *Psicologia e Sociedade*, 19(2), 42-47. <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n2/a06v19n2>
- Reishoffer, J. C., & Bicalho, P. P. G. (2017). Exame criminológico e psicologia: crise e manutenção da disciplina carcerária. *Fractal: Revista de Psicologia*, 29(1), 34-44. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v29i1/1430>
- Rocha, N. B. F., Marques, A. B., Fortuna, R. B., Antunes, A., & Hoaken, P. N. S. (2014). Effectiveness of cognitive remediation for female inmates: A pilot study. *Journal of Forensic Psychiatry and Psychology*, 25(2), 224-237. <https://doi.org/10.1080/14789949.2014.884617>
- Ross, R., & Fabiano, E. (1985). *Time to think: A cognitive model of delinquency prevention and offender rehabilitation*. Institute of Social Sciences and Arts.
- Rupa, M., Hirisave, U., & Srinath, S. (2014). Psychological Intervention for a Child Exposed to Murder. *The Indian Journal Pediatric*, 81(5), 509-510. <https://doi.org/10.1007/s12098-013-1023-x>
- Saforcada, E., Cervone, N., Castellá, J., Lapalma, A., & De Ellis, M. (orgs.). (2007). *Aportes de la Psicología Comunitaria a problemáticas de la actualidad latino-americana*. JVE Ediciones.
- Salla, F. (2006). As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. *Sociologias*, 8(16), 274-307. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86819555011>
- Sánchez, M. J., Gonzáles, R., & Silva, S. M. (2013). Políticas públicas de igualdade de gênero em Espanha e Portugal: um estudo comparativo. *Revista do Laboratório de Estudos da Violência*, 11, 104-118. <https://doi.org/10.36311/1983-2192.2013.v0n11.3013>
- Sapori, L. F. S., Fernandes, R., & Maas, L. W. D. (2017). Fatores sociais determinantes da reincidência criminal no Brasil: o caso de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32(94), 1-18. <https://doi.org/10.17666/329409/2017>
- Sarto, S. B., del Hoyo, Y. L., Aragonés, L. T., & Gaspar, A. R. (2010). Evaluación cualitativa de un programa de intervención psicológica con hombres violentos dentro de la pareja. *Acciones e Investigaciones Sociales*, 28, 135-156. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3610110>
- Shaughnessy, J. J., Zechmeister, E. B., Zechmeister, J. (2012). *Metodologia de pesquisa em psicologia* (9ª ed.). AMGH.
- Swopes, R. M., Davis, J. L., & Scholl, J. A. (2017). Treating substance abuse and trauma symptoms in incarcerated women: an effectiveness study. *Journal of interpersonal violence*, 32(7), 1143-1165. <https://doi.org/10.1177/0886260515587668>
- Tavares, G. P., Scheffer, M., & Almeida, R. M. M. (2012). Drogas, Violência e Aspectos Emocionais em Apenados. *Psicologia Reflexão & Crítica*, 25(1), 89-95. <http://www.scielo.br/pdf/prc/v25n1/a11v25n1>
- Terry, L. S. W. (2014). Reducing burnout in nurses and care workers in secure settings. *Nursing Standard*, 28(34), 37-45. <https://doi.org/10.7748/ns2014.04.28.34.37.e8111>

- Tong, L. S. J., & Farrington, D. P. (2006). How effective is the "Reasoning and Rehabilitation" programme in reducing reoffending? A meta-analysis of evaluations in four countries. *Psychology, Crime & Law*, 12(1), 3-24 <https://doi.org/10.1080/10683160512331316253>
- World Prison Brief (2018). *World Prison Brief datas*. <http://www.prisonstudies.org/research-publications/intro>.
- Yesberg, J. A., & Polaschek, D. L. (2014). Using information from the Violence Risk Scale to understand different patterns of change: an exploratory investigation of intensively treated life-sentenced prisoners. *Journal of interpersonal violence*, 29(16), 2991-3013. <https://doi.org/10.1177/0886260514527824>
- Yoon, I. A., Slade, K., & Fazel, S. (2017). Outcomes of psychological therapies for prisoners with mental health problems: A systematic review and meta-analysis. *Journal of consulting and clinical psychology*, 85(8), 783. <https://doi.org/10.1037/ccp0000214>
- Young, S., Thome, J. (2011). ADHD and offenders. *The World Journal of Biological Psychiatry*, 12, 124-128. <https://doi.org/10.3109/15622975.2011.600319>
- Yu, Y. Z., Yu Ming, C., Yue, M., Hai Li, J., & Ling, L. (2016). House-Tree-Person drawing therapy as an intervention for prisoners' prerelease anxiety. *Social Behavior and Personality: an international journal*, 44(6), 987-1004. <https://doi.org/10.2224/sbp.2016.44.6.987>
- Xu, W., Jia, K., Liu, X., & Hofmann, S. G. (2016). The effects of mindfulness training on emotional health in Chinese long-term male prison inmates. *Mindfulness*, 7(5), 1044-1051. <https://doi.org/10.1007/s12671-016-0540-x>

Data de Submissão: 28/06/2019
Primeira decisão editorial: 10/07/2020
Aceite em: 04/09/2020